

# LINGUASAGEM

## UM OLHAR DIALÓGICO PARA A MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA: O CONFLITO IDEOLÓGICO NO DISCURSO SOBRE A MACONHA

Carolina Gonçalves da SILVA<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe uma análise dialógica do discurso da mídia impressa brasileira sobre a maconha. Sugere-se a mobilização das noções bakhtinianas de diálogo, enunciado concreto e ideologia, para compreender dialogicamente o percurso de construção de sentidos desse signo em enunciados verbo-visuais do gênero discursivo capa, veiculados entre 2012 e 2013, nas revistas *Veja*, *Galileu* e *Carta Capital*. A partir dessas materialidades, foram identificados elementos extraverbais: os sujeitos dos discursos, as relações intersubjetivas que neles se dão, o contexto sócio-histórico em que surgiram e os posicionamentos valorativos conflituosos que configuram um embate axiológico. O signo ideológico é entendido, portanto, como materialidade verbo-visual refletora e refratora de transformações sociais concretas, capazes de levar veículos midiáticos a disputar pela legitimidade de enunciar sentidos, de acordo com o lugar que ocupam e com os valores que permeiam seus projetos discursivos, culminando na intensificação do processo de ressignificação do signo, manifesto na forma de polêmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise dialógica do discurso; discurso jornalístico; conflito ideológico

### Introdução

O hábito diário da leitura de notícias em diversos meios de comunicação, impressos ou digitais, facilita o desenvolvimento de uma percepção mais aguçada no leitor quanto à seleção daqueles que são considerados assuntos de interesse comum. Em cada veículo, o que lemos não são descrições impessoais de fatos livres de valoração, mas notícias sobre temas escolhidos para despertar interesse na sociedade, ressignificados a partir de posicionamentos valorativos. A comparação do discurso de

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP. E-mail: carol\_gse@yahoo.com.br

cada veículo sobre o mesmo tema revela um conflito ideológico na esfera midiática que tem origem na realidade concreta.

Quando percebemos uma recorrência da temática da maconha na mídia brasileira, nos questionamos sobre as razões que levaram a discussão a tal posição de destaque, ao mesmo tempo nas mídias digitais e impressas. Entre estas, destacamos as revistas que, expostas nas bancas, chamam a atenção principalmente graças à elaboração verbo-visual das capas, muito produtiva para a interpretação do processo de construção de sentidos que investigamos.

Elegemos três revistas para compor esse diálogo: *Veja*, *Galileu* e *Carta Capital*. O critério que determinou a escolha do corpus, bem como nossa abordagem teórica, foi o diálogo explícito entre elas, mostrado desde as capas. Ao contrário do consenso que às vezes se manifesta entre veículos de mídia de amplo alcance, o diálogo entre os três que selecionamos tomava forma de polêmica, dados seus públicos e princípios diversos (e, ao mesmo tempo, semelhantes no que diz respeito às especificidades da esfera midiática, que afetam todos os produtos desse campo). Cada uma das revistas abordava o tema da maconha de maneira diferente, demonstrando posicionamentos axiológicos distintos. Este artigo reúne as reflexões que orientaram a monografia de conclusão de curso em que investigamos esse conflito - que começava a se estabelecer no discurso da mídia impressa brasileira, em meados de 2013. Ressaltamos a atualidade do assunto que, em 2015, já era discutido no Superior Tribunal Federal, e cujos desdobramentos nos anos que seguiram, permanecem sem um desfecho até a presente data.

Valemo-nos da perspectiva bakhtiniana da língua para orientar nossas reflexões e análises, ou seja, consideramos que o diálogo entre sujeitos socialmente constituídos e essencialmente ideológicos é seu princípio fundamental. Entendemos o conflito explícito nos enunciados como uma disputa aberta pelo sentido “verdadeiro” da palavra, que é, também, um embate de forças de cunho ideológico, motivado pelas condições sócio-históricas concretas. Assim, a compreensão do processo de construção dos sentidos que propusemos neste trabalho é embasada, principalmente, nas noções de diálogo, enunciado concreto, e ideologia.

Nosso *corpus* compreende enunciados (principalmente os verbais neste artigo, mas também verbo-visuais no trabalho que o motivou) que versam sobre a questão da maconha em revistas brasileiras que trouxeram o tema na capa entre 2012 e 2013. Fazem parte dele a Revista *Veja*, edição 2293, de 31 de outubro de 2012; a

Revista *Galileu*, nº 258, de Janeiro de 2013 e a Revista *Carta Capital*, nº748, publicada em 15 de maio de 2013.

O destaque ao discurso da mídia é justificado por seu papel de mediar a relação entre os sujeitos e a realidade distante deles no espaço e/ou no tempo (THOMPSON, 2009). Esse fator atribui-lhe o poder de selecionar assuntos de relevância internacional, criar consensos ou polêmicas e, mais importante, fazer circular dadas formas de interpretar o mundo que, apesar de massivamente aceitas e compartilhadas, jamais são únicas ou absolutas. Acreditamos que as diferentes análises do discurso, principalmente as que se pretendem dialógicas, contribuem para o combate à homogeneização dessas formas “corretas” ou “verdadeiras” de ler textos e de entender a realidade.

Essas relações dialógicas se explicitam na palavra, que tomamos aqui como signo ideológico. Trata-se, portanto, de uma representação da realidade modificada pela valoração dos sujeitos envolvidos na produção e recepção dos atos de fala. As valorações distintas que circulam na palavra são a origem do conflito ideológico, cerne de nosso trabalho, cujo objetivo era verificá-lo e compreendê-lo a partir do discurso sobre a maconha, que começava a ganhar espaço na mídia do Brasil.

Na primeira seção deste artigo, apresentaremos resumidamente as considerações do Círculo de Bakhtin e de outros autores sobre as principais noções teóricas que nos orientaram. Em seguida, discutiremos tais aspectos (enunciado, ideologia, diálogo) na constituição dos enunciados que delimitamos para análise. Lembramos que, prezando pela concisão do artigo, priorizamos a análise das capas, apenas, enquanto no trabalho original, utilizamos, também, os enunciados dos índices e das reportagens para aprofundar as reflexões suscitadas por aquele primeiro olhar. Em ambos, buscamos repostas para as seguintes questões:

a) Quais recursos linguísticos são mobilizados nas capas para atribuir sentido ao signo de acordo com dado posicionamento ideológico?

b) Como as diferentes formas de valorar o signo “maconha” se relacionam no interior desse discurso?

c) Como uma abordagem dialógica de aspectos discursivos contribui para a compreensão de fenômenos sociais da realidade concreta?

## **Língua, diálogo e ideologia**

Os primeiros contornos de nossa pesquisa foram delineados pela percepção de que, num movimento aparentemente incomum, várias revistas compartilhavam o mesmo tema de capa, geralmente tratado como tabu: a maconha. Entretanto, não se percebia consenso, ao contrário, elas abordavam a questão a partir de pontos de vista específicos, instaurando um conflito ideológico que se mostrou produtivo para investigação das relações dialógicas polêmicas travadas na/pela linguagem, seja verbal, visual, ou verbo-visual, como no caso das revistas.

Em seguida, um olhar mais atento permitiu identificar que, entre várias revistas que compunham esse quadro, três pareciam estabelecer diálogo explícito entre si, numa disputa evidente pelos sentidos legítimos do signo “maconha”. A tensão desse diálogo conflituoso se explicitava em traços visíveis na materialidade verbo-visual dos enunciados. Eles revelavam relações dialógicas nas formas de retomada, questionamento, concordância e, principalmente, discordância, o que corroborava a impressão inicial de que um conflito ideológico registrado na mídia se delineava com mais clareza naquele momento histórico.

Nosso *corpus* configurava, então, um diálogo complexo, no qual se estabelecia um embate de valorações que chamamos de *conflito ideológico*. Na perspectiva bakhtiniana, entendemos que essas eram diferentes formas de refratar a realidade que se entrelaçavam no discurso e se materializavam na língua. O diálogo despontava, então, como grande “categoria” de análise e a concepção de língua do Círculo se consolidou como princípio orientador de nossas reflexões e análises. Vejamos no que consiste essa noção:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p.125)

Neste trecho, encontramos um pensamento linguístico capaz de nos guiar por uma análise do discurso que prioriza o *diálogo*, que permite apreender o processo de produção de sentidos em sua complexidade, não através da análise de enunciados isolados, mas das relações estabelecidas entre eles. Um estudo da linguagem sob essa perspectiva considera que “toda comunicação, toda interação verbal, se realiza sob a

forma de uma troca de enunciados, isto é, na dimensão de um diálogo” (VOLOSHINOV, 1930, p.4).

Para compreender esse diálogo, era preciso considerar a interação entre indivíduos que produzem sentidos justamente por meio dessa relação. Para investigá-la, a unidade da comunicação verbal que consideramos foi o enunciado concreto. Suas fronteiras “são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores”. (BAKHTIN, 2010, p.294). O tratamento analítico dos enunciados concretos exige, portanto, que se considere a presença do outro em sua constituição, não apenas enunciados outros com o qual se estabelece uma relação externa, mas também as relações internas entre os sujeitos da enunciação, ou os interlocutores desse discurso:

O enunciado é um fenômeno complexo, polimorfo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia da comunicação verbal, em sua relação com os outros enunciados (uma relação que não se costuma procurar no plano verbal, estilístico composicional, mas no plano do objeto do sentido). O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Tem fronteiras nítidas, determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (dos locutores) [...] (BAKHTIN, 2010, p.318 -319)

Assim, cada enunciação se concretiza em função de um interlocutor, que completará seu sentido e do qual se espera uma réplica, uma resposta, que pode ser dada em palavras, em ações ou simplesmente na forma de uma compreensão ativa do que foi dito. Ela é, portanto, estruturada “em função de um ouvinte, isto é, da sua compreensão e da sua resposta [...] mas também em função do seu acordo ou seu desacordo, ou, em outras palavras, da percepção avaliativa do ouvinte.” (VOLOSHINOV, 1930, p.4)

Os interlocutores de um diálogo são, na perspectiva do Círculo, sujeitos sociais, carregados de valores. Portanto, os enunciados que produzem são mais do que apenas réplicas desse diálogo, são, “verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, [...]”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 96). Dessa forma, quando analisamos um enunciado e suas relações dialógicas, o que identificávamos era o encontro de vários pontos de vista, uma vez que “um enunciado é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói” (FIORIN, 2008, p.24).

É neste contexto, segundo o Círculo, que a palavra se torna ideologizada e não apenas parte de um sistema abstrato e fechado de formas linguísticas. Ela é, portanto, “signo ideológico” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), que tem um sentido físico-material e sócio-histórico, além de carregar em si um ponto de vista. Assim, enquanto analisávamos os enunciados, não eram palavras o que tínhamos em mãos, mas produtos ideológicos, que não poderiam ser neutros. Neles circulam valorações acerca de objetos que adquirem significações sociais distintas de acordo com a situação concreta da enunciação, “pois é de acordo com as circunstâncias, de acordo com o contexto, que este enunciado terá um sentido, a cada vez, diferente”. (VOLOSHINOV, 1930, p.9)

Foi justamente nesses sentidos diferentes que resolvemos focar nossas análises e assim surgiu a centralidade do conflito ideológico em nosso estudo. Foi preciso identificar as diferentes formas de refração da realidade que circulavam nesse discurso através do signo “maconha”, lembrando, de acordo com Voloshinov (1926, p. 5), que “de maneira alguma o discurso reflete a situação extraverbal do modo como um espelho reflete um objeto. Mais exatamente, o discurso aqui analisa a situação, produzindo uma conclusão avaliativa, por assim dizer”, o que repetidas vezes chamamos de “refração”.

Esses pontos de vista inevitavelmente disputam o sentido “verdadeiro” (ou, pelo menos, socialmente compartilhado) de um signo e variam de acordo com a posição social dos sujeitos da enunciação e sua conseqüente valoração do objeto, com o conhecimento que eles têm sobre o tema e, ainda, com as condições espaço-temporais em que ela ocorreu. Nos termos de Voloshinov, essa dimensão não-verbal do enunciado é fundamental para sua compreensão:

Estes três aspectos subentendidos formam a parte extraverbal do enunciado - a saber, o espaço e o tempo do evento, o objeto ou o tema do enunciado (aquilo de que se fala), e a posição dos interlocutores diante do fato (a “avaliação”); nós convenciamos designar o conjunto assim formado, pelo termo já familiar de situação. (VOLOSHINOV, 1930 p.11)

Daí surgem, a partir das dimensões não verbais do enunciado concreto, as outras categorias que mobilizamos para compreender o diálogo: a situação concreta que motivou a enunciação (tempo-espaço), o objeto (também referido como tema) e, finalmente, os interlocutores e seus posicionamentos avaliativos (pontos de vista)

sobre o tema. Dessa forma, buscamos em nossas análises, além de identificar os sujeitos da enunciação e a relação dialógica entre os enunciados, o exato contexto histórico em que ela se deu, o que se sabe sobre o tema nesse momento e os pontos de vista sobre ele.

Tais pontos de vista não são individuais, mas posicionamentos socialmente compartilhados de grupos ou classes; de maneira geral, são diferentes formas de atribuir valor à realidade e de interpretar o mundo, por meio da linguagem - dos *signos ideológicos*. Aqui nos referimos a elas como *ideologia*. A noção foi discutida por Voloshinov e, nas palavras de Miotello, pode ser entendida como “todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sógnicas” (2010, p.169).

Entendemos a noção de ideologia a partir de um olhar marxista, mas não sem ressignificá-lo de acordo com a teoria do Círculo. Vejamos o cerne desse conceito nas palavras de Chauí, segundo as quais a ideologia é concebida como mascaramento da realidade, por ser construída a partir das visões de mundo das classes dominantes:

O resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade – sacerdotes, filósofos, cientistas, professores, escritores, jornalistas, artistas -, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de uma sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a ideologia. (CHAUÍ, 2000, p.221)

O Círculo dialoga com o pensamento marxista, pois admite que “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 46). Por outro lado, a ressignificação que propõe considera que “os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV 2006, p. 121) As ideologias seriam, então, constituídas no embate de classes sociais e não somente no interior das classes dominantes. Visões de mundo que circulam no cotidiano entram em conflito

com formas institucionalizadas de ver a realidade, mas ambas se alteram mutuamente, numa luta que ocorre na “arena do signo”.

Essas visões de mundo - ou mais propriamente, o conflito que constituem - tornaram-se centrais em nosso trabalho, o que nos levou a considerar a tríade diálogo, enunciado concreto (sua parte verbal e a situação extraverbal) e ideologia (ou o signo ideológico) como os eixos a partir dos quais investigaríamos o discurso da mídia impressa brasileira sobre a maconha.

A seguir, reunimos alguns enunciados verbais (e alguns aspectos verbo-visuais, quando indispensáveis a nossos objetivos) para explicar alguns elementos fundamentais da construção dos sentidos que identificamos durante nosso trabalho. Buscamos recuperar “a situação pragmática extraverbal juntamente com o próprio discurso verbal” (VOLOSHINOV, 1926 p.10) e compreendê-lo a partir das inúmeras relações dialógicas que ele estabelece – entre interlocutores, entre enunciados e ideologias.

Finalmente, apresentaremos algumas considerações quanto aos significados desse conflito neste momento histórico, concluindo que essas diferentes valorações do signo não são reflexos, mas refrações das condições sócio-históricas em que ele vive hoje. Acreditamos que esse embate travado no discurso é produto de um momento de questionamento do valor social da “maconha”. Encontramos respaldo para essa afirmação neste trecho de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*:

Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 139)

Os sentidos do signo em questão e suas ressignificações denotariam, portanto, mudanças nas formas de organização da sociedade e foi esse processo de (re) construção de sentidos que se tornou, posteriormente, um projeto de estudo de mestrado. Seus passos iniciais, dados durante a feitura da monografia de conclusão de curso que o precedeu, seguem aqui descritos.

## Discurso, mídia e maconha

A despeito da estabilidade no consumo de drogas ao redor do mundo na época de nosso estudo<sup>1</sup>, as discussões sobre a maconha eram cada vez mais recorrentes em diversas esferas da sociedade, principalmente na mídia. Neste artigo, compreendemos os meios de comunicação como produtores de pautas sociais, responsáveis por construir sentidos e pôr em circulação determinados pontos de vistas e os conflitos ideológicos que eles instauram. Acreditamos que uma análise dos enunciados concretos que circulam na esfera midiática nos possibilita conhecer alguns sentidos possíveis de tais embates neste momento histórico.

Apesar de haverem perdido espaço para as mídias digitais ao longo das últimas décadas, as mídias impressas vem sendo incorporadas pelas primeiras, mantendo a circulação de seus temas entre o grande público. Muitas revistas possuem versões on-line, o que garante maior circulação das principais reportagens na íntegra (como *Veja*) ou em versões simplificadas (como *Galileu* e *Carta Capital*) em blogs, sites e redes sociais. Ademais, as revistas gozam de certa confiabilidade entre seus leitores<sup>2</sup> e atingem um público maior do que aquele que paga pelo produto, uma vez que, além de serem amplamente expostas nas bancas e em vários estabelecimentos comerciais, atraem olhares mesmo dos leitores menos atentos, graças ao complexo trabalho verbo-visual de produção de sentidos em suas capas.

Nas próximas três seções, analisamos o discurso de cada uma das revistas por meio da descrição e da interpretação de enunciados verbais em destaque nas capas, sem deixar de lado referências visuais indispensáveis ou outros enunciados que complementavam os sentidos daqueles que tentávamos elucidar. Afinal, o cotejamento de textos foi o método que nos possibilitou essa abordagem dialógica e dele nos valemos a todo o momento.

Buscamos explicitar as relações dialógicas que se estabelecem nesse discurso, investigando a forma como cada veículo estabelece vínculos com os demais, com seus leitores, com outras esferas de atividade humana e com o contexto sócio-histórico. Além, é claro, do conflito ideológico que gera o encontro de vários pontos de vista na materialidade discursiva.

<sup>1</sup> UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2012. (Relatório Mundial Sobre Drogas 2012. UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime).

<sup>2</sup> Todas as informações sobre hábitos de consumo de mídia no Brasil citadas neste trabalho são de: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014

**Veja: “faz mal, sim”**

Começamos pela primeira em ordem de publicação, a revista *Veja*<sup>3</sup>, de outubro de 2012. Naquele ano, discutiam-se novas políticas sobre a planta no Uruguai e nos Estados Unidos, onde, dias depois da publicação de *Veja*, ela seria legalizada para uso recreativo (nos estados americanos de Washington e Colorado).

A tradicional revista semanal de atualidades, interessada por temas diversos de ampla repercussão, ainda que precise enfrentar as dificuldades geradas pela concorrência dos meios digitais e a eles se adaptar, mantém a maior tiragem entre as revistas brasileiras, de aproximadamente um milhão de exemplares, segundo dados do Instituto de Verificação de Circulação (IVC)<sup>4</sup>. Destes, quase 90% são destinados a assinantes<sup>5</sup>, o que nos ajuda a caracterizar seu público que, apesar de diversificado (já que a revista é distribuída, por exemplo, em bibliotecas escolares e outros espaços de circulação de pessoas).

Constatamos, de acordo com dados da Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, que a maioria dos brasileiros, principalmente aqueles com menor poder aquisitivo, não leem revistas habitualmente, o que nos ajuda a traçar o perfil do assinante de revistas no Brasil: aquele com maior renda e escolaridade. Assim, aquilo que *Veja* enuncia alcança, principalmente, essa parcela de consumidores fiéis e de classes privilegiadas, que compartilham com a revista determinadas formas de interpretar os acontecimentos, embasadas em pontos de vistas que não são pessoais, mas ideológicos; social e historicamente construídos.

A revista, que aborda temas variados, pertence ao grande Grupo Abril, que atribui a si mesmo uma função pedagógica e democrática. Em sua página na internet, afirma ser uma empresa “empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país”.

Ao descrever nestes últimos parágrafos, ainda que sucintamente, os sujeitos desse discurso (quem fala e para quem fala) e a situação extraverbal concreta que

<sup>3</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

<sup>4</sup> Instituto de Verificação de Circulação (IVC). Disponível em: <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>

<sup>5</sup> ABRIL. Tabela de Circulação. Disponível em: [http://publiabril.abril.com.br/svp/main\\_brands/circulations](http://publiabril.abril.com.br/svp/main_brands/circulations)

motivou a enunciação (os acontecimento reais que motivaram a imprensa a explorar o tema), fornecemos informações importantes sobre o contexto que deu origem ao enunciado analisado, sem o qual sua parte verbal não seria suficiente. Passemos a esses aspectos verbais (ou verbo-visuais) da capa.

Para garantir a estabilidade dos sentidos que quer fazer crer “verdadeiros”, a revista se vale de algumas estratégias que revelam seu projeto discursivo: algumas verbais, outras visuais, como a cor branca do fundo, geralmente associada à luz e à pureza; à clareza, transparência e, também, ao cientificismo, ao discurso da ciência que reforça, na publicação o discurso que valoriza a maconha negativamente. Dela pode-se inferir que, em *Veja*, o tema é tratado à luz da cientificidade, que traz a clareza, a pureza e a “verdade”. No jornalismo, para alguns, esses sentidos são os desejáveis efeitos de abordagens que se pretendem neutras ou imparciais (ainda que sempre haja, na superfície do discurso, indícios de posições ideológicas).

Para garantir uma imagem respeitável e legitimar os sentidos que constrói, *Veja* recorre ao discurso da medicina, recorrentemente citado direta e indiretamente na reportagem, mas também na capa. Nela, o que predomina é o tom de alerta, reforçado pelo destaque, materializado também nas cores, atribuído à palavra “maconha” e reiterado ao longo do texto. Ela aparece centralizada, em vermelho e caixa alta, seguida, logo abaixo, pelo enunciado “as *novas* descobertas da *medicina* cortam o *barato* de quem *acha* que ela não faz mal”.

Em negrito, o título é um aviso àqueles que consideram a maconha inofensiva – como no pequeno e discreto desenho de uma folha de Cannabis no rodapé da página. Quem avisa é a “medicina”, representada ao longo da matéria por vozes selecionadas, que corroboram o posicionamento valorativo explícito na capa, apresentando estudos que atestam os males causados pela chamada “erva maldita” no texto.

Para quem se direciona o alerta? O substantivo “barato” pode remeter à linguagem atribuída ao usuário que, por sua vez, pode ser percebido como o sujeito que se vale de linguagem informal para se referir às sensações de prazer causadas pelo uso de droga. “Aqueles que acham que ela não faz mal” poderiam ser, portanto, os usuários, a quem é atribuído um desconhecimento dos efeitos do consumo da planta, que contrasta com as certezas da medicina.

Em *Veja*, é preciso que a medicina (ou pelo menos alguns representantes dela) intervenha e, com suas “novas descobertas”, corte o “barato” do usuário de maconha que, negligente com a própria saúde, “acha que ela não faz mal”. No

entanto, as descobertas mais recentes da esfera médica não se limitam às apresentadas pela revista, tampouco são os usuários os únicos a se interessarem pela questão e a defenderem seu uso, como a manchete incita a crer.

Outros estudos que minimizam o impacto da maconha na sociedade quando comparada a outras drogas ou, ainda, que investigam os efeitos colaterais da “guerra às drogas” ao redor do mundo não configuram aquilo que o universo discursivo de *Veja* determinou como digno de virar notícia. Assim, para afirmar seu discurso – e afirmar-se como produto mercadológico –, é preciso que *Veja* negue os outros sentidos possíveis e desconstrua aqueles aos quais se opõe.

Nessa perspectiva, todos os que não consideram a planta suficientemente nociva à saúde do usuário, são colocados no grupo dos que acham que ela não faz mal, dos que ignoram o alerta da medicina, ainda que dentro da própria da saúde e da ciência haja outros pontos de vista em circulação. Esses discursos outros, assim como aqueles que não a veem como fonte de “barato”, mas que têm questionado a proibição com base nos impactos sociais, políticos e econômicos não são contemplados pela abordagem da revista.

Na própria esfera médica é possível identificar controvérsias quanto aos efeitos da maconha na saúde dos usuários, principalmente quando se trata de algumas substâncias específicas de sua composição. Entretanto, essa não é uma discussão nova. Na verdade, novo é contexto em que a maconha passa a ser rediscutida, não apenas pela medicina ou por usuários, mas na esfera política, à qual a reportagem não dedica muito espaço.

Entretanto, conhecendo-se o momento histórico de questionamento das políticas antidrogas também nas esferas institucionalizadas, é possível dizer que os novos sentidos sobre a maconha tem ganhado espaço e parecem ameaçar esse sentido único defendido em *Veja*. Se a “novidade” na polêmica da maconha é, justamente, o fato de se considerarem, hoje, inclusive em espaços institucionalizados, o impacto social de sua proibição, bem como questões político-econômicas associadas à legalização, de que forma *Veja* contribui para informar e atualizar seu leitor, visto que apenas reitera o que vem sendo afirmado ao longo da história da proibição da Cannabis? A reportagem de capa parece ter o papel de consolidar um posicionamento ideológico, sem a preocupação de informar o leitor verdadeiramente sobre as novidades do tema.

Para corroborar nossa análise da capa, faremos uma breve referência à reportagem interna, cujo título também nos pareceu fundamental para compreender a relação dialógica entre as revistas: “Maconha faz mal, sim”. A enfática afirmação, reforçada pelo advérbio “sim” nega quaisquer discursos que minimizem os males relacionados a essa droga. Ainda na primeira página da reportagem interna, justifica-se: “o atual liberalismo em torno do consumo da droga está em descompasso com as pesquisas médicas mais recentes. As sequelas cerebrais são duradouras, sobretudo quando o uso se dá na adolescência”.

Neste enunciado, pela primeira vez e ainda de maneira vaga, *Veja* cita o contexto atual das discussões sobre a maconha (e das políticas sobre ela em fase de aprovação, na época, nos EUA e no Uruguai), referindo-se a ele como “o atual liberalismo em torno do consumo da droga”. Ao adjetivo “liberal” acrescenta-se o sufixo –ismo, que atribui um sentido doutrinário à palavra, como se esse posicionamento em relação à droga fizesse parte de um modo liberal de pensar o mundo e não apenas uma “onda” entre usuários. Esse liberalismo traz consigo uma carga semântica negativa, uma vez que essa postura estaria em “descompasso” com o saber legítimo da medicina e suas descobertas “recentes” (valoradas positivamente, como já vimos).

“Aqueles que acham que ela [maconha] não faz mal” não eram, como sugerimos anteriormente, apenas os usuários desinformados, mas sujeitos que de falam de inúmeras esferas e que juntos configuram um movimento político que parece desestabilizar os discursos sobre a droga. Por fim, neste enunciado, gostaríamos de ressaltar o apelo à saúde do adolescente no discurso de *Veja*. A imagem do usuário construída na matéria é a do jovem classe média, em busca de “barato”, “nas baladas, nas áreas de lazer dos condomínios fechados, nos carros, nas imediações das escolas”, como se lê em outro trecho da reportagem.

Mais uma vez, a preocupação com a saúde do indivíduo supera a questão das drogas como problema social, pois o adolescente ao qual a reportagem se refere não é aquele que mais profundamente sofre as consequências dos problemas ligados ao comércio ilegal de drogas, aquele que lida cotidianamente com a repressão policial nas comunidades onde o tráfico se instala, ou aqueles que são por ele aliciados.

Entre nossas considerações finais sobre esse primeiro elemento do nosso corpus, lembramos que, inicialmente, a presença de um assunto até então considerado tabu na capa de um dos veículos midiáticos mais conhecidos do país parecia

surpreender. Entretanto, os sentidos a ele atrelados de nada contribuíram para a ressignificação e atualização do signo “maconha”, pois apenas reiteravam uma posição conservadora e unilateral sobre as drogas advinda do lugar social ocupado pela publicação, preocupada em convencer seu público, mais do que informá-lo sobre fatos de interesse comum para a sociedade.

Partindo da superfície do enunciado, concluímos que, no campo ideológico, *Veja* constitui seu discurso como uma força homogeneizante dos sentidos, que entra nesse embate em defesa da manutenção de valores das classes dominantes, de onde a revista enuncia e onde seu público se concentra. Percebemos que se atribuíram ao signo “maconha” os sentidos que estão de acordo com o lugar enunciativo que a revista e seus leitores ocupam, enquanto outras significações possíveis na esfera médica, ou as de cunho político e/ou socioeconômico, foram tratadas de maneira superficial, quando não ignoradas, uma vez que “a manutenção da divisão social e a perpetuação da hegemonia da classe dominante exige que os sinais contraditórios ocultos em todo signo ideológico sejam mantidos apagados.” (MIOTELLO, 2010, p. 173).

Para nós, trata-se de uma tentativa de “valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p.46), sem atualizar os sentidos do signo de acordo com as demandas do contexto contemporâneo, numa busca vã por um consenso que contradiz a própria natureza heterogênea da língua e da sociedade.

### **Galileu: proibir não é pior?**

Passemos para outra voz que compõe esse diálogo, a da revista de divulgação científica *Galileu*<sup>6</sup>, nº258. Com periodicidade mensal e tiragem média de 101.061 exemplares, a revista, publicada em Janeiro de 2013, se insere no diálogo sobre a droga depois que Uruguai, Colorado e Washington já tinham oficializado suas novas políticas sobre a maconha. *Galileu* recupera esse contexto, essencial para compreender o discurso, desde a capa, que analisaremos a seguir.

Além das chamadas para outras reportagens no rodapé da página e do nome da publicação em destaque, no topo, aparece também, logo abaixo, o slogan

<sup>6</sup> <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI327786-17770,00-VEJA+OS+DESTAQUES+DA+GALILEU+DE+JANEIRO.html>

“Questione – Entenda – Evolua”, em negrito e caixa alta. A frase está posicionada ao lado do nome e do logo da Editora Globo, que veicula em seu site a missão de “produzir e disseminar um jornalismo independente que antecipe as transformações da sociedade e conecte cada indivíduo com sua época”.

*Galileu* se dirige a um público mais específico, geralmente interessado em ciência e tecnologia, atribuindo a si mesma o papel de intermediar e facilitar o acesso às novidades dessas esferas e de “dissecar assuntos que não são tão fáceis de entender, como ficam parecendo depois que chegam às páginas da revista”. Quem explica é o diretor de redação, em carta ao leitor numa das páginas iniciais do exemplar, onde também dá uma breve descrição do tipo de abordagem que farão do tema: “não é a velha pauta que pergunta se maconha faz mal, disso já sabemos. Maconha volta à capa da revista, pois dois estados norte-americanos e o Uruguai resolveram legalizar [...]”.

A revista trata de assuntos diversos nos campos da ciência, sociedade, cultura e tecnologia. Em geral, seu público-alvo deve compartilhar o apreço por novidades e pelo aprofundamento de temas atuais, a curiosidade e o questionamento; é aquele que o slogan chama a participar do processo de compreensão da sociedade em evolução.

Considerando apenas essa introdução sobre os elementos principais desse diálogo (a revista, seu leitor e o momento em que se inserem) é possível compreender alguns elementos orientadores da abordagem de *Galileu*: além de se inserir nesse debate contemporâneo - do qual não poderia se eximir, como portadora de novidades que se descreve-, *Galileu* deve garantir a consonância de sua abordagem com a imagem questionadora que cria de si mesma. Ela aposta, então, no diálogo com o senso comum, inclusive com *Veja*, cujo discurso desmerece, ao referir-se a ele como “a velha pauta que pergunta se maconha faz mal”. É interessante notar, por outro lado, que a revista não tenta desconstruir o pressuposto de que maconha faz mal, pelo contrário, o reafirma em “disso já sabemos”.

Analisemos a seguir alguns aspectos da capa que reforçaram nossas leituras e nos guiaram por esse processo de construção de sentidos, ainda turvos. Mais uma vez, retomamos aspectos verbo-visuais que consideramos indispensáveis na composição do todo de um enunciado, no qual “imagens (cores, figuras, lugar que ocupam no espaço enunciativo, etc.) e sequências verbais estão inteiramente articuladas, interagentes, a partir de um projeto ‘gráfico’, de um projeto discursivo” (BRAIT e MELLO, 2005, p.72)

O primeiro deles é a cor única utilizada em todos os textos da capa e seus sentidos possíveis nessa composição. Sobre o fundo branco, a cor prata do texto desaparece e o único elemento nela destacado é a fotografia de uma verdíssima folha de maconha centralizada em tamanho grande, se sobrepondo até ao nome da publicação. A grande imagem fotográfica centralizada no fundo branco retrata a planta com bastante realismo e recebe mais destaque do que qualquer outro elemento, por ser a única cor vívida nessa composição, onde o fundo branco anula o texto cinza de acordo com o ângulo do qual se olha. A ilusão de desaparecimento do texto da capa dá ainda mais ênfase à foto da planta, em seu aspecto natural, na forma de folha verde (e não de cigarro ou fumaça), cor que remete à liberdade e à natureza.

Passando aos elementos verbais, ao lado da palavra “*maconha*” (na parte inferior da página, em caixa alta e tamanho grande), em fonte menor e em negrito, o texto “*Sim, faz mal*”, destacado na primeira linha, é seguido de “*Mas proibir não é pior? O Grande Laboratório da legalização começa no Uruguai e nos EUA em 2013*”. Ao enunciar “*Sim, faz mal*”, *Galileu* retoma e concorda com dizeres anteriores sobre a maconha, recuperando essa cadeia histórica de enunciados que constituem o discurso sobre a ela no Brasil e admitindo os males à saúde por ela causados e confirmados pelo saber médico (tão caro à reportagem de *Veja*). Apropriado pelo senso comum e reforçado pela ilegalidade atribuída à droga, esse saber tornou-se “incontestável” ao longo de décadas de combate a ela e, mesmo quando maconha parece deixar a condição de tabu e apreço na mídia, ela vem carregada do mesmo valor negativo, como mostramos na análise de *Veja*.

Além de estabelecer vínculos com um já-dito que circula por décadas no saber comum, ressaltamos que *Galileu* trava, na superfície do discurso, um embate explícito com *Veja*, principalmente quando consideradas as datas de publicação (esta foi às bancas em outubro de 2012 e aquela em janeiro de 2013). Além das palavras do editor, que retomam claramente a gênese do discurso de *Veja*, embasado na velha oposição faz mal/não faz mal, percebemos essa ligação direta em outros elementos linguísticos.

A afirmação “sim, faz mal” na capa de *Galileu*, graças à semelhança sintática, pode ser considerada uma referência direta àquilo que *Veja* enunciou repetidamente na capa e na reportagem: “faz mal, sim”. Isso significa que, motivada pela situação histórica de contestação de políticas antidrogas no mundo e pelo posicionamento de outros veículos de mídia, aos quais precisa contrapor-se para consolidar sua posição de

questionadora, *Galileu* toma parte num diálogo muito maior do que aquele que estabelece imediatamente com o leitor.

Ainda no enunciado de capa, o já-dito é retomado e reafirmado no advérbio “sim”, mas questionado, logo em seguida, pela adversativa “mas proibir não é pior?”. Aparentemente, *Galileu* não afirma, pergunta; não responde, mas convoca seu interlocutor para refletir e chegar às respostas que ela não deve enunciar, eximindo-se da responsabilidade de afirmar que a proibição é mais danosa do que o consumo da droga. A estratégia é logo percebida no uso da pergunta retórica, iniciada pela conjunção “mas”. Introduzindo uma ressalva, uma contradição, ela desafia a afirmação anterior (sim, maconha faz mal), que atribui à droga valor negativo. Assim, a conjunção adversativa “mas” requer que a oração coordenada tenha valor contrário, ou seja, leva o interlocutor a atribuir sentidos necessariamente positivos à erva.

A continuação da sequência verbal confirma: “proibir não é pior?”. A interrogação acrescida do advérbio de sentido negativo não deseja simplesmente obter informações, como a interrogativa simples, mas busca uma resposta necessariamente afirmativa. A pergunta negativa não leva o leitor a questionar, mas a concordar com o que é enunciado pela publicação do grupo Globo, pois retoma um saber compartilhado pelos interlocutores, que deveria garantir a concordância entre eles. Espera-se para essa pergunta apenas uma confirmação, pois aquilo que parece um questionamento é, na verdade, a afirmação de que criminalizar a maconha é pior para a sociedade do que os males à saúde individual (principal argumento da revista do grupo Abril).

É notável o trabalho de elaboração da pergunta, que faz dela uma estratégia de criação de sentidos que são comunicados, mas não são ditos, pois nem tudo pode ser dito. Por isso, além de preferir a pergunta à afirmação, no enunciado em foco, atribui-se um caráter experimental à nova abordagem, que deve sempre ponderar entre os males à saúde e os impactos negativos da proibição.

“O grande laboratório da legalização” sugere que o momento é de incertezas. Trata-se de uma política que, como os laboratórios, é espaço de testes e só recebe tanta visibilidade no Brasil por ter sido adotada oficialmente por Uruguai e EUA, tornando-se, assim, passível de discussão na mídia, ainda que objeto de muitas dúvidas.

Apontamos, ainda, que a situação extraverbal da qual o enunciado se originou é trazida nessa mesma sequência verbal, o que funciona como uma forma de justificar a relevância do assunto “legalização” e o destaque que ele merece na capa dessa

publicação, tendo em vista o processo de desestabilização de seus sentidos no dado contexto.

As respostas à questão incitada na capa e as possíveis novas ressignificações do signo “maconha” ficam, portanto, reservadas ao futuro, não cabendo à revista, mas ao próprio leitor presumir, o que caracteriza a construção dialógica de sentido, que se dá na interação entre revista e leitor. Assim, longe de ser neutra e de deixar esses sentidos completamente a cargo do leitor, como antecipadora de mudanças na sociedade, *Galileu* sugere uma nova abordagem que ultrapasse a dicotomia *faz bem/faz mal*, apesar de reiterá-la. A valoração negativa atribuída à droga em *Veja* é desconstruída sutilmente na capa e em outros elementos verbo-visuais de *Galileu*, por meio de mecanismos linguísticos como os que apontamos. Além disso, é no conteúdo da reportagem (que não é nosso foco) que essa mudança de valoração no signo se explicita, vejamos brevemente como.

Inicialmente, a revista evidencia a ineficiência das políticas antidrogas ao retratar a popularidade da maconha mesmo sob forte repressão e apresenta um resumo das políticas de drogas existentes hoje (descriminalização, legalização e proibição), bem como um breve contexto atual das leis e do consumo de maconha no Brasil, nos estados americanos em processo de mudança legislativa, no Uruguai e no mundo. Entretanto, sem esquecer o papel de “educadora” que atribui a si, *Galileu* se vale de um quadro informativo que explica a ação da Cannabis sobre o organismo. Uma vez confirmados os efeitos produzidos pela droga no corpo, além de reiterar o discurso dominante e consolidado socialmente na voz da medicina, o discurso da revista também se opõe àquele, ao afirmar que a popularidade da droga, mesmo diante dos riscos e das políticas repressivas, confirmariam que proibi-la é pior.

Para fazer a controversa afirmação na capa de um veículo de mídia, é preciso elaborar os enunciados cuidadosamente, por meio de estratégias discursivas que, aos poucos, nos ajudam a compreender o projeto de dizer em *Galileu*: reconstruir a imagem de “erva maldita”, para informar sobre um novo valor possível para o signo, agora positivo. Analisemos alguns elementos significativos nesse processo de reafirmar e insinuar sentidos.

A página dupla que inicia o dossiê traz, de um lado, folhas verdes de maconha em tamanho ampliado que tomam todo o espaço; do outro, sobre o fundo verde lê-se o título “*sinal verde*”, centralizado, em branco e caixa alta. A cor repetidamente explorada na revista e que, geralmente, remete à natureza, não pode ser

deixada de fora, uma vez que, agora, junto com o enunciado verbal, faz uma referência à liberdade. O “sinal verde” parece simbolizar uma postura mais liberal em relação à droga, ou pelo menos às discussões sobre sua proibição - ao contrário do que sinalizava o vermelho na capa de *Veja*, funcionando como um aviso, um alerta, um sinal vermelho para a discussão, remetendo à interdição desses “novos” dizeres.

O subtítulo tenta justificar a atenção que recai sobre a planta depois de décadas de tabu, com o novo contexto que instaura o debate: “*O Uruguai e dois estados americanos querem vender maconha legalmente para reduzir o uso de drogas, conter a violência e economizar recursos. Será que vai dar certo?*”. A quebra do silêncio da mídia acerca de tal tema é justificada por “causas nobres” como “reduzir o uso de drogas, conter a violência e economizar recursos”, nos termos utilizados pela revista. Em outras palavras, entram em jogo questões socioeconômicas - relacionadas ao tráfico e à violência, à saúde e aos cofres públicos - que permitem a quebra de um tabu, ainda cercado de muitas dúvidas, introduzidas pela expressão “será que”.

Assim, conforme exploramos o conteúdo da reportagem, mais claro fica o projeto discursivo da capa, que consiste em sugerir novos discursos, que abordam alternativas para se lidar com a maconha, uma vez que medidas proibicionistas, calcadas nos perigos à saúde do indivíduo, como se viu no discurso da concorrente, seriam mais danosas à sociedade do que a legalização. A voz de uma autoridade da esfera política garante legitimidade à abordagem sugerida por *Galileu*, em contraste ao discurso médico, justificada pelo secretário nacional de drogas do Uruguai “Esperamos por 50 anos que o nível de consumo se reduzisse, e ele só subiu. Então é melhor buscar uma política alternativa”.

Finalmente, é importante apontar para o surgimento de fatores socioeconômicos como um dos argumentos desse debate. *Galileu* sugere, também, que questões de cunho social, como o tráfico, a corrupção, a violência e seus efeitos na sociedade e no orçamento público são as origens socioeconômicas da necessidade de ressignificação do tema da maconha no Brasil. Da mesma forma, *Carta Capital* desenvolve em sua capa um projeto de dizer baseado na redução de impactos sociais negativos derivados da legislação sobre drogas. Passemos ao último elemento de nosso corpus.

### **Carta Capital: Legalizem!**

Única entre as revistas analisadas a estender as reflexões sobre a maconha às drogas em geral, *Carta Capital*<sup>7</sup>, de maio de 2013 é produto semanal da editora Confiança, com tiragem de aproximadamente 30 mil exemplares.

Em seu site, identificamos a imagem que constrói para si mesma: uma revista que “tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos.” Por isso, a cautela em desconstruir o tabu da maconha, identificada na análise anterior, deu vez a um clamor pela legalização de todas as drogas na capa de *Carta Capital*, que traz o apelo “Legalizem as drogas!”, seguido da explicação “seria o fim do tráfico e da violência e corrupção a ele associadas”.

Na capa de *Carta Capital*, o título “Legalizem as drogas!” não se destaca tanto quanto as três vistosas folhas verdes de maconha que se distribuem em diferentes planos e tamanhos. Na cor branca, em fonte média, posicionado no canto superior da parte da capa reservada à descrição da matéria principal daquela edição, o título não parece descrever a imagem, nem o contrário se aplica, pois as folhas da *Cannabis* que saem de canos de revólveres sugerem que a planta – e não qualquer outra droga, como sugere o texto verbal, é uma possibilidade de trégua à violência gerada pelo tráfico.

O caráter pacificador da maconha sugerido no texto visual é expandido na sequência verbal para as drogas em geral, o que leva à compreensão de que os efeitos da legalização de quaisquer drogas são positivos no combate a problemas sociais gerados ou agravados pelo tráfico. O uso do modo imperativo revela a posição do enunciador quanto àquilo que enuncia e o que espera de seu enunciatário. “Legalizem as drogas!” é um apelo por um fazer necessário que, entretanto, não pode vir de qualquer um, mas dos detentores do poder de determinar o que é legal ou não na sociedade brasileira.

Nesse ponto, é possível explorar os interlocutores desse diálogo: de um lado, *Carta Capital* exige a liberação das drogas como solução para problemas de ordem social, cumprindo o papel “progressista” que atribui a si mesma; do outro lado da enunciação, além do leitor, identificamos um outro destinatário, para quem a mensagem do enunciado da capa fala diretamente: as autoridades políticas, das quais se espera uma contrapalavra, na forma de ação.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/748>

No site da revista, *Carta Capital* é definida como uma “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira [...], calcada no tripé do bom jornalismo, aquele baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste”. Segundo esse “bom jornalismo” que pratica, *Carta* é quem traz consigo a verdade dos fatos, uma vez que o restante da imprensa seguiria um pensamento único. Para construir tal imagem de portadora da “verdade”, a estratégia, como em *Veja*, é desconstruir os discursos outros, com os quais dialoga e em oposição aos quais se constitui. Assim, os significados que ela constrói seriam legitimados por serem calcados num posicionamento crítico, diferente da “imprensa brasileira”, que generaliza. A fidedignidade da publicação vem de seu papel de questionar, principalmente, as vozes que falam de lugares de poder dentro da esfera jornalística.

Entre essas vozes, cabe ressaltar aquelas com as quais *Carta Capital* estabelece vínculo constitutivo, uma vez que a imagem de “portadora da verdade” só pode ser construída a partir das “mentiras” que suas concorrentes de mercado enunciam. Dadas a ordem de publicação, a evolução das discussões sobre o tema na sociedade e as oposições semânticas que as três revistas analisadas produzem, podemos afirmar que *Carta Capital* toma parte nesse diálogo para consolidar sua posição política em contraposição ao que foi enunciada em *Veja* e em *Galileu*.

Relembremos alguns pontos dessa cadeia discursiva: em *Veja*, atribuiu-se sentido negativo ao signo “maconha”, que se construiu de acordo com a oposição faz mal/não faz mal, sob a perspectiva médica. Em *Galileu*, a oposição é ressignificada em proibir/legalizar depois de um cuidadoso processo de reafirmação e de ressignificação do sentido negativo atribuído à maconha. Chegamos, então, à próxima resposta nesse diálogo, que vem de *Carta Capital*, a quem resta o papel singular de veículo fiel à “verdade factual”, aquela que é a “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”. Seu discurso, só pode, então, dizer o que ainda não foi dito e, abertamente, pôr fim aos questionamentos, atribuindo às drogas (não apenas à maconha) valorização positiva.

Não se trata apenas de informar o leitor sobre os novos caminhos para enfrentar questões relacionadas às drogas, mas de articular-se politicamente, de acordo com os princípios da própria publicação, por meio de um discurso que, em sua dimensão mais ampla, se direciona a um sujeito que seja capaz de executar aquilo que a sequência verbal da capa torna imperativo: “*Legalizem as drogas*”. A ação,

executável apenas por autoridades que detêm poder de determinar valores que poderão ser socialmente aceitos ou não, como legais ou ilegais, é reponsabilidade atribuída, no discurso de Carta, ao governo federal.

Nossa interpretação é justificada pela postura da revista de “fiscalizadora do poder”, segundo seus próprios termos, a quem cabe a função de questionar governantes e desafiar o poder que não seja usado para o progresso social da nação. Além disso, a reportagem é antecedida pelo artigo assinado por um dos columnistas da revista, intitulado “Uma carta para Dilma”, então presidenta do Brasil. Nele há a preocupação de contextualizar a questão das drogas através de um viés político, pois vozes de autoridades dessa esfera são citadas como responsáveis por políticas relacionadas às drogas. O texto é finalizado pelo discurso citado de um especialista em direitos humanos da ONU, seguido da interpelação ao governo federal na última sentença: “com a palavra a presidenta”. Levando-se em conta a relação entre o texto da capa, da reportagem e do artigo citado, é possível evidenciar, ainda a relação do gênero capa de revista capa com outros gêneros discursivos circulantes nesse suporte.

O poder de realizar a aclamada mudança, de acordo com o projeto discursivo de Carta, se concentra na mão dos governantes, especialmente da presidente Dilma, de quem se cobra uma postura favorável às transformações políticas e socioeconômicas – que se opõe àquelas Geraldo Alckmin e Sérgio Cabral, cujos governos são citados no artigo como espaço de políticas repressivas, que ferem os direitos humanos.

A revista enuncia para um público que se reconhece e se identifica em seus valores. Ou, de acordo com a autodescrição do site, seu leitor é inteligente e crítico e, não satisfeito com as versões dos fatos que encontrou em outros veículos da mídia brasileira, busca em *Carta* a “verdade”, (ou pelo menos a verdade em que crê). Entretanto, o leitor engajado, preocupado com questões humanas e sociais, deve ser informado de que a postura mais permissiva de *Carta Capital* em relação às drogas não é vã. A quebra de um tabu e o desafio às certezas do senso comum são dizeres possíveis nesta revista, para seus leitores, graças à abordagem calcada na visão “progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos” que ela atribui a si mesma.

Por isso, de volta às sequências verbais da capa, logo baixo da primeira, em preto e em tamanho menor, a forma condicional justifica a validade do pedido e atribui ao tráfico de drogas problemas como a violência e a corrupção: “*Seria o fim do tráfico e da violência e corrupção a ele associadas*”. Acrescentamos que, diante dessas

considerações, *Carta* tem mais do que um projeto discursivo: há um projeto político muito claro, que cobra do governo federal posturas coerentes com sua filiação tradicionalmente associada ao pensamento de uma esquerda a favor de reformas progressistas. Nesse discurso de forte apelo político, importam mais os efeitos sociais positivos da legalização das drogas na sociedade do que os negativos causados à saúde pelo consumo indiscriminado dessas substâncias.

A partir desse ponto de vista, é possível apreender que é indiferente que se nomeiem as drogas, pois todas são tratadas em nível de equivalência, o que afirmamos com base no uso do hiperônimo “droga”, verbalmente materializado, e do hipônimo “maconha” visualmente enunciado. Dessa forma, a parte verbal do enunciado nos guia para uma generalização a partir daquilo que é enunciado visualmente.

Nesse contexto de “transgressão” daquilo que já foi um tabu, o projeto discursivo de *Carta* parece ser baseado no seguinte raciocínio indutivo: se a maconha é droga e sua liberação pode ser positiva, logo a liberação das drogas parece um caminho lógico a seguir, na tentativa de expandir os benefícios da legalização da maconha por meio da legalização de todas as drogas ilícitas.

Na última capa analisada, *Carta Capital* constrói valores eufóricos para a maconha por meio de elementos visuais que retomam o discurso pró-descriminalização, um já-dito conhecido pelo leitor e favorecido pelas condições concretas desta época. Entretanto, a sequência verbal mobiliza elementos que direcionam tais sentidos às drogas em geral. Considerando a verbo-visualidade como um todo de sentido, não é possível separar os sentidos que surgem de elementos verbais (legalizem as drogas) dos visuais (legalizem a maconha), pois eles são complementares.

Assim, acreditamos na possibilidade de entender essa escolha aparentemente aleatória de signos (ora a revista se refere à maconha, ora às drogas, como equivalentes) como estratégia discursiva, que pode confundir ou levar o leitor a creditar às drogas ilegais os benefícios que têm sido atribuídos à legalização da maconha, especificamente. Esse intercâmbio de signos, se realizado de forma arbitrária, ignora a polissemia de cada um deles e iguala seus sentidos, sem considerar as particularidades de cada um tampouco suas significações sociais.

O projeto discursivo de defender a legalização das drogas, que apreendemos nos enunciados verbais, confunde-se com a discussão que se desenvolve na sociedade especificamente sobre a descriminalização da maconha, referida na capa de *Carta*

*Capital* apenas por meio de aspectos visuais do enunciado. Assim, enquanto as imagens referem-se à maconha, as sequências verbais em destaque, bem como a reportagem em seu todo, referem-se às drogas ilícitas em geral, o que constitui uma estratégia que parece guiar o leitor em direção a uma equivalência dos termos “maconha” e “drogas”, não necessariamente verdadeira, como pretende o discurso da revista.

### **Algumas considerações**

Ao longo de nossas análises, foi possível perceber várias estratégias discursivas, que se dão no entrecruzamento dos planos verbal e visual, das quais se valem as revistas para fazer crer: as escolhas lexicais, os tempos e modos verbais, a organização sintática das frases, a seleção e disposição de textos, cores e imagens na composição do enunciado o discurso citado que traz vozes de outras esferas para legitimar o discurso jornalístico.

Esses aspectos da composição verbo-visual dos enunciados nos permitiram enxergar que, longe de apenas informar o leitor, o conteúdo das reportagens denota uma tomada de posição num diálogo complexo, uma tentativa de validar o próprio discurso, consolidar os próprios valores e convencer a opinião pública por meio das palavras, que “constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico.” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p.44)

A busca por um consenso, segundo o qual o sentido da palavra “maconha” fosse único ou, no mínimo, “mais legítimo” do que os outros sentidos possíveis, revela, portanto, um conflito ideológico, originário das diferentes formas de interpretar o mundo. Assim, apesar da pretensão da mídia de construir discursos aparentemente sólidos e “imparciais”, é possível, por meio de uma cuidadosa análise do enunciado concreto (em sua dimensão verbo-visual e em seu contexto extra-linguístico), identificar pontos de vista e, conseqüentemente, o conflito de classes que surge da dissonância entre eles.

Foi na superfície do discurso, por meio da identificação de sujeitos, contextos e valorações, que encontramos suas raízes ideológicas. Esse indispensável aprofundamento na leitura de textos jornalísticos torna ainda mais claro o papel do

leitor de enxergar a língua para além do sistema de formas sobre o qual aprendemos desde a alfabetização e de dar acabamento ao enunciado, completando seus sentidos.

Quando entendemos a língua dessa forma, a partir de uma perspectiva dialógica, dinâmica e onde tudo que é enunciado carrega em si valoração, é possível perceber que a disputa pelos sentidos de uma palavra é, na verdade, indício de mudanças profundas nas formas de organização dos indivíduos e da sociedade, de disputas de cunho ideológico, originadas de condições sócio-históricas concretas. Como lembra o Círculo, “as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo” (BAKHTIN. VOLOSHINOV, 2006, p. 43). Assim, o valor que atribuímos ao signo depende da situação em que ocorre a enunciação e do lugar social que ocupam seus participantes, o que ficou claro em nosso corpus.

*Veja* insiste nos sentidos já cristalizados sobre a maconha e se recusa a atualizar as novas significações desse tema requeridas pelo contexto histórico. Apoiando-se no “inquestionável” saber da medicina, a revista reafirma o valor negativo atribuído ao signo na oposição faz mal/não faz mal, a partir da qual visa desconstruir os discursos pró-legalização, com base nos malefícios à saúde dos usuários da droga. A abordagem vai ao encontro da imagem pretendida pela publicação, calcada em seu papel educador e informativo e está em acordo, também, com a conservação dos discursos de um veículo que visa manter fiel sua parcela do mercado jornalístico e cujo público é predominantemente constituído por uma elite interessada pela manutenção das formas de organização social.

Por outro lado, *Galileu*, como divulgadora das inovações da ciência, se insere no debate como responsável por antecipar mudanças na sociedade ao leitor interessado em questionar o senso comum. Dessa forma, ela admite os males à saúde causados pela droga, enunciados pela própria ciência, principalmente as ciências médicas, enquanto questiona sua relevância frente aos problemas sociais que sua proibição agrava. Para caracterizar a abordagem inovadora que pretende, *Galileu* tenta ressignificar, aos poucos, o discurso de *Veja*, levando o leitor a atribuir sentidos mais positivos para o signo, sugerindo uma outra oposição semântica fundamental: proibir/legalizar. Nesta oposição, a revista minimiza o poder devastador da droga (enunciado por *Veja*) e a legalização surge, assim, como possível solução para questões sociais, justificada por meio de vozes da esfera política - e confirmadas

apenas no futuro, quando será possível afirmar (o que a revista tenta não fazer explicitamente, em prol de sua imparcialidade “quase científica”) os efeitos das novas políticas “pró-maconha”.

*Carta Capital*, por sua vez, aparece para desconstruir todos os discursos anteriores e dizer o que nunca é dito pelos outros veículos de mídia (por ela considerados representantes de uma só voz). Em defesa da igualdade social e da diminuição de problemas sociais associados às drogas, a revista se posiciona a favor da legalização de todas elas, expandindo os possíveis benefícios da legalização da maconha aos entorpecentes em geral - sem, entretanto, tratar das particularidades de cada um, caracterizando, também, uma homogeneização de sentidos. A oposição proibir/legalizar, apesar de manter-se a mesma daquela identificada em *Galileu*, diz respeito, em *Carta Capital*, às drogas em geral e caracteriza um clamor por mudanças dirigido às vozes de autoridade, em um claro posicionamento político associado ao que se nomearia um pensamento de esquerda.

Essa polêmica nos veículos de mídia pode significar que o momento de instabilidade nas significações atribuídas ao signo “maconha” chegou ao seu ponto máximo, pois esse movimento de perturbação dos sentidos cristalizados de uma palavra parte das ideologias do cotidiano e se infiltra nos sistemas ideológicos institucionalizados, como a mídia. Quando esses novos sentidos circulam em esferas de poder, como a política e a midiática, é graças às condições materiais que exigem uma atualização do signo.

Essa ressignificação sónica é um movimento natural da língua, entendida como organismo que se nutre das relações sociais. Portanto, qualquer tentativa de impedir esses novos sentidos é vã e artificial, uma vez que tenta apagar a luta de classes que se trava na palavra e que dela não pode ser dissociada uma vez que “é impossível, evidentemente, estudar a evolução da língua dissociando-a completamente do ser social que nela se refrata e das condições socioeconômicas refratantes” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006 P.199).

Finalmente, afirmamos que, se a legalização da maconha passa a ser tema de capa de grandes revistas, é porque seu lugar nas estruturas econômicas tem mudado, o que permite a “quebra de um tabu”. Atualmente, essa disputa pelos sentidos da palavra “maconha” parece se tornar cada vez mais concreta conforme se materializa em esferas institucionalizadas – conforme vozes um dia consideradas marginais são ressignificadas por vozes de poder e passam a ocupar capas e manchetes de veículos

populares de mídia. Neste artigo, e no trabalho que o motivou, limitamo-nos a explicitar e explicar a constituição desse embate ideológico a partir do discurso, sem centralizar a questão da mudança na valoração social do signo “maconha”, que acreditávamos apenas despontar na sociedade no momento em que iniciamos a pesquisa.

Hoje, aquilo que começou como uma percepção - de que o discurso sobre a maconha deixava, lentamente, o status de tabu - tornou-se um pressuposto para a pesquisa de mestrado que investigou o processo de construção de sentidos em pleno desenvolvimento na polêmica da maconha travada na mídia e esse processo de desconstrução e ressignificação de uma palavra, entendida como signo ideológico. Ao final da redação deste texto, nossas impressões já tinham se concretizado em fatos como a votação do tema no Supremo Tribunal Federal (atualmente interrompida para revisão do processo) e a ampliação do uso medicinal da planta através de medidas judiciais, fatos que reforçaram nossas justificativas e hipóteses quanto à relevância da análise de discursos abertamente polêmicos e sua capacidade de refletir e refratar mudanças na valoração social de um signo e na sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5ª. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M./ V.N. VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Ed. Hucitec, 2006. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira et alii

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/ enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª Ed São Paulo, Contexto, 2005, p.62-77.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo, Ática, 2008.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª Ed. São Paulo, Contexto, 2010, p.168-175

REVISTA CARTA CAPITA; São Paulo: Editora Confiança, nº748, Maio de 2013.

REVISTA GALILEU. São Paulo: Editora Globo, n.258, Janeiro de 2013.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, n.2293, 31 de Outubro de 2012.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009)

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report 2012*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2012.html>

VOLOSHINOV, V. *O discurso na vida e o discurso na arte (1926)*. Sobre poética sociológica. Trad. do inglês: Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para fins didáticos.

VOLOSHINOV, V. N./BAKHTIN, M. M. ([1930] 1981). *A Estrutura do enunciado*. Tradução de Ana Vaz, para uso didático, com base na tradução francesa de Todorov, T. (La structure de l'énoncé), publicada em Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique, suivi d' Ecrits du cercle de Bakhtine. Paris, Seuil

### Como referenciar este artigo

SILVA, Carolina Gonçalves da. Um olhar dialógico para a mídia impressa brasileira: o conflito ideológico no discurso sobre a maconha. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 54-81.

**Submetido em:** 03/02/2016

**Aprovado em:** 02/05/2018